

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: e o processo avaliativo da leitura em turmas de alfabetização

Lyvia Gabrielle da Silva ¹
Magna do Carmo Silva ²

INTRODUÇÃO

O interesse inicial para o desenvolvimento desta pesquisa deu-se por meio das inquietações enquanto professora e pesquisadora oriundas a partir das mudanças ocorridas com a publicação do Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019 da qual efetiva em todo o território nacional a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Tendo como base as discussões realizadas ao longo do V Curso de Especialização em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica, mais expressamente nas disciplinas de Legislação Educacional Brasileira, Planejamento e Financiamento da Educação e das questões levantadas do Grupo de pesquisa em alfabetização, leitura e escrita: avaliação e práticas.

Nos últimos anos, vem sendo construída uma reorganização do tempo para a alfabetização das crianças para um período de três anos (Ciclo de Alfabetização), conforme podemos constatar através dos vários documentos nacionais, dentre eles: a Portaria de nº867 de 4 de julho de 2012, que instituiu o Pacto Nacional da Idade Certa (PNAIC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014). Inicialmente, o Ciclo de Alfabetização foi instituído dentro do Programa Pacto Nacional da Alfabetização pela Idade Certa (PNAIC), pela mesma portaria já mencionada. Nele, foram estabelecidos os direitos de aprendizagens, que as crianças deveriam se apropriar, ao longo dos três anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), e, dentre esses, estão os relacionados ao eixo da leitura (BRASIL, 2012a).

Há, portanto, uma dicotomia entre o PNE, a Portaria do PNAIC, a BNCC e a PNA. Diante desta dicotomia decidimos por fim, pesquisar sobre a avaliação da aprendizagem na PNA e escolhemos como eixo de pesquisa a leitura. Foi realizada uma busca no portal de Teses e Dissertações da Capes e nos Repositórios das principais universidades do país e não encontramos pesquisas cuja pergunta fosse semelhante a nossa, diante disso reafirmamos nossa pergunta de pesquisa sobre “Como a Política

¹ Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da UFPE, lyvia.gabrielle@ufpe.br;

² Professor orientador: Profa. Dra. Magna do Carmo Silva, UFPE - PE, magna.silva@ufpe.br

Nacional de Alfabetização orienta o processo avaliativo da leitura para as turmas de alfabetização?” e elencamos como objetivo geral para responder a essa pergunta: investigar como a PNA orienta sobre o processo avaliativo da leitura para turmas de alfabetização do ensino fundamental e como objetivos específicos (i) analisar como se configuram os princípios e diretrizes para alfabetização na PNA; (ii) identificar a concepção de avaliação da leitura presente na PNA; (iii) caracterizar a proposta de avaliação, quanto a seus critérios, instrumentos, indicadores e formas de monitoramento da leitura contida na PNA;

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa foi realizada através de abordagem qualitativa que segundo LUDKE e ANDRÉ (1986) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Devido à pandemia do Covid-19 utilizamos como procedimentos metodológicos a análise documental e deve-se ao fato de esse instrumento de pesquisa “[...] se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as observações obtidas em outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 38).

Nesse sentido, analisamos a Política Nacional de Alfabetização para que possamos responder a nossos objetivos específicos de pesquisa (i) como se configuram os princípios e diretrizes para alfabetização na PNA; (ii) identificar a concepção de avaliação da leitura presente na PNA; (iii) caracterizar a proposta de avaliação, quanto a seus critérios, instrumentos, indicadores e formas de monitoramento da leitura contida na PNA;

O critério de escolha desta temática está pelo fato do recente Decreto da PNA desconsiderar todos os avanços obtidos na alfabetização de nossos estudantes e principalmente sua dicotomia em relação a Base Nacional Comum Curricular, que apresenta orientações para a organização curricular das escolas brasileiras.

Para tal análise elencamos algumas categorias tais como: a estrutura, base conceitual, concepções e diretrizes, fundamentação, materialização, operacionalização, relação com a BNCC e por fim relação com PNE.

Os dados obtidos foram analisados qualitativamente com base na análise de conteúdos (BARDIN, 1977) por meio do trabalho de categorização e interpretação dos resultados, relacionando-os aos teóricos que fundamentam nosso estudo.

Por fim, o tratamento dos dados obtidos empregou, basicamente, a análise temática de conteúdo, passando por processos de descrição, inferência e interpretação que consistem em um recurso técnico de análise de dados obtidos em mensagens escritas ou transcritas (BARDIN, 2007).

REFERENCIAL TEÓRICO

Em nosso país, destacamos que o ensino da leitura está atrelado à concepção tradicional da leitura, ou seja, ao uso de métodos de alfabetização. O surgimento de métodos que ensinassem a população, cada vez maior, a ler e escrever em nosso país se tornou essencial e para atender a essa demanda foram criados espaços específicos às atividades de leitura e prática da oratória, porém nem todos os cidadãos tinham esse mesmo direito.

Segundo Braslavsky (1988, p. 42), os novos modelos sociais surgiram no Brasil “gerando a necessidade de aprender a ler e a escrever, numa época em que a maioria da população ainda era analfabeta”.

Diante disso, foram adotados os métodos de alfabetização já em plena utilização no exterior. Tais métodos, que segundo Mortatti (2008), eram separados ou classificados em dois tipos: os de orientação sintética e os de orientação analítica, e serviam como subsídios para as práticas de alfabetização para o ensino da leitura e da escrita, através de seus manuais didáticos (cartilhas). A partir das duas últimas décadas do século XIX, foi iniciado em nosso país o processo de democratização do ensino, fato esse que tornou a escola como espaço essencial para o desenvolvimento de práticas de leitura.

Ainda de acordo com Mortatti (2006), os materiais utilizados para o ensino sistemático da leitura e da escrita em nosso país vinha de Portugal, uma vez que até a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, era proibida a publicação de livros de caráter didático. Mortatti (2006) ainda destaca que foi só a partir do final do século XIX que surgiram as primeiras cartilhas para fins didáticos e que as mesmas por muitas décadas circularam em vários dos nossos estados. Essas cartilhas se caracterizavam, de acordo com Morais e Albuquerque (2008) “por exercer sempre um grande controle sobre os itens de linguagem (palavras, sílabas, fonemas,

correspondências som-grafia) que o aluno poderia encontrar a sua frente” (2008, p.211). Diante disso, para iniciar cada cartilha, o professor recebia as orientações de como trabalhá-las.

Como apresentamos, historicamente, no ensino seriado no Brasil apenas um ano escolar era dedicado ao aprendizado da leitura e da escrita por meio do trabalho com um manual didático específico: a cartilha de alfabetização (SOARES, 1991). Essas obras podem ser consideradas como os primeiros livros didáticos usados para ensinar a ler e escrever no nosso país, estando vinculados aos considerados ‘tradicionais’ métodos de alfabetização de base analítica ou sintética (MORTATTI, 2000). Elas, também, adequavam-se perfeitamente à escola organizada em série cujo ensino da leitura e da escrita era realizado de modo a garantir que todos os alunos, ao mesmo tempo e de forma homogênea, aprendessem o que era ensinado.

A avaliação tinha, portanto, como objetivo medir resultados finais em detrimento da aprendizagem (ARROYO, 1997). Esta lógica de avaliação era pautada em uma perspectiva classificatória na qual a culpa da não aprendizagem recai sobre a criança. Os alunos que não apresentavam o domínio do conhecimento ensinado eram levados a repetir o ano quantas vezes fosse necessário. Nessa perspectiva, o fracasso escolar era considerado como indicação da falta de capacidade cognitiva dos alunos em aprender a ler e escrever. O ensino da leitura e da escrita com base nos métodos sintéticos e analíticos adequava-se perfeitamente à escola organizada em série cujo ensino da leitura e da escrita era realizado de modo a garantir que todos os alunos, ao mesmo tempo e de forma homogênea, aprendessem as correspondências grafofônicas ensinadas pelo professor.

Tais métodos, apesar de diferentes, fundamentavam-se na ideia de língua como código que devia ser transmitido e memorizado. Acreditava-se que por meio da adoção de um método rígido e pré-determinado, seria possível ensinar à criança as relações entre grafemas e fonemas, a partir de etapas bem definidas. Elas, também, adequavam-se perfeitamente à escola organizada em série cujo ensino da leitura e da escrita era realizado de modo a garantir que todos os alunos, ao mesmo tempo e de forma homogênea, aprendessem as correspondências grafofônicas ensinadas pelo professor. No referido manual, os textos eram constituídos de frases soltas, desconectadas e artificiais, criadas para se ensinar a ler e a escrever a partir do uso dos padrões e letras memorizados (ALBUQUERQUE e MORAIS, 2011).

Mas especificamente para avaliação da leitura no Ciclo de Alfabetização, tende-se a compreender a concepção de leitura dos professores e assim o seu modo de avaliar, ou seja, apesar de muitos professores afirmarem que ler é “compreender textos” as atividades que são oferecidas em sala de aula, nem sempre estão de acordo com esse pressuposto de modo que são diversas as atividades em sala de aula com fragmentos de textos, em que a prática da leitura se restringe quase que exclusivamente a leitura de palavras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação a sua estrutura o decreto da PNA é composto por 7 capítulos e 14 artigos, nos capítulo 1 suas disposições gerais desta forma são listados os artigos 1 a instituição da PNA e o 2 para os fins da política. O capítulo 2 apresenta os princípios, no artigo 3 e os objetivos da política no artigo 4. O capítulo 3 apresenta as diretrizes que norteiam a PNA indicadas no artigo 5. O capítulo 4 é apresentado através do artigo 6 o público alvo a que se destina essa PNA e no artigo 7 os agentes envolvidos nela. No capítulo 5 através do artigo 8 são listados os programas, ações e instrumentos que irão subsidiar a implementação da PNA. No capítulo 6 são apresentados os mecanismos de avaliação e monitoramento da PNA dispostos no artigo 9. Por fim no capítulo 7 apresenta as disposições finais nos artigos 10 ao 14.

O caderno em si não apresenta formas de materialização e operacionalização claras para a implementação desta PNA, no entanto, afirma que serão implementados programas e ações para a promoção da alfabetização com base em evidências das ciências cognitivas, aos quais os entes federativos poderão aderir voluntariamente, cuja finalidade é melhorar a qualidade da alfabetização no território brasileiro e combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto e todas as reflexões apresentadas, acreditamos que nossos professores, irão considerar tudo que foi construído ao longo dos anos no que tange o trabalho com a alfabetização e todas as contribuições do letramento, ao longo dos anos, de modo que suas práticas sejam cada vez mais eficientes e que nossas crianças tenham cada vez mais protagonismo e autonomia em seu processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização, Leitura, Avaliação, PNA;

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E.B.C. e COELHO, N.T.W. **Atividades de apropriação da escrita alfabética em livros/coleções aprovadas no PNLD 2007, 2010 e 2013**. Recife, 2014. Relatório. Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, UFPE.

ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J. (Orgs.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 11 – 26.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2000. (Coleção Histórias de Leitura)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF – Decreto nº 9.776, de 11 de abril de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização – Língua Portuguesa. In: _____. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem: ano 2: unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional**. -- Brasília: MEC, SEB, 2012a. 47 p.

_____. **Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa**. Avaliação no ciclo de alfabetização: reflexões e sugestões. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASLAVSKY, B. **O método: panaceia, negação ou pedagogia?** Cadernos de Pesquisa, 66:41:48, 1998 p. 9 a 122.

COLOMER, T.; CAMPS, A. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Trad. MURAD, F. Porto Alegre: Artmed, 2002.